

APOSTILA DE SOCIOLOGIA

2º ANO

2. Poder, Política e Estado

Prof. Renato Fialho Jr.

Aluna(o): _____

Turma: _____

“... a rejeição da diferença vem depois da afirmação enfática da diferença”.

(Antônio Flávio Pierucci. In: 'Ciladas da diferença')

OBS: Esta apostila será utilizada no decorrer do 2º Bimestre de 2018.

Desencantar o mundo

O estabelecimento de uma ordem social “com relação a fins” (quer dizer, racional) vai se tornando então cada vez mais amplo. O consenso aí construído é obtido mediante regras e mediante coação, e uma crescente transformação das associações em instituições organizadas de maneira racional com relação a fins se opera na sociedade.

É esse o sentido histórico do processo que Max Weber chama de *racionalização*.

A história humana, segundo ele, é um processo de crescente racionalização da vida, de abandono das concepções mágicas e tradicionais como justificativas para o comportamento dos homens e para a administração social. Pode-se compreender aqui o sentido de uma outra tipologia de Weber, a das *formas de dominação legítima*. Para Weber há três tipos puros de dominação legítima: a dominação tradicional, cuja legitimidade se baseia na tradição, a dominação carismática, cuja legitimidade se baseia no carisma do líder, e a dominação racional-legal, cuja legitimidade se baseia na lei e na racionalidade (adequação entre meios e fins) que está por trás da lei. Se a associação estatal passa por um processo de racionalização (e também de burocratização, porque para fazer cumprir as regras racionais é necessária uma burocracia cada vez mais complexa), as formas de dominação no Ocidente caminham, tendencialmente, para o tipo racional-legal.

(...) Quanto mais complexas as sociedades, isto é, quanto maior sua racionalização, argumenta Weber, maior o número de regulamentos sociais a serem obedecidos. Quanto mais complexa a sociedade, mais conflitiva tende a ser a interação entre os indivíduos e grupos, uma vez que maiores serão as “constelações de interesses” que se contrapõem e maior também a necessidade de regulamentá-los. Assim como em Durkheim, em Weber a complexificação gera conflito, o que por sua vez gera a necessidade da regra. A regulamentação mais desenvolvida das lutas em sociedade aparece em Weber como um aparato especializado de domínio, que é o Estado Moderno. O ingresso dos indivíduos nesta grande associação, na qual estão obrigados a submeter-se ao poder já instituído, não é voluntário, e as regras são feitas, diz ele, por meio da força, da imposição da vontade de alguns indivíduos e grupos sobre outros indivíduos e grupos. Para resumir em poucas palavras: uns mandam, outros obedecem e a esse processo Weber chama de dominação. Para legitimar-se, isto é, para garantir a aceitação dos comandados, a dominação se baseia ou na tradição, ou no carisma do líder ou na força do direito racional. No caso da tradição e do carisma, a dominação se exerce pelo domínio dos líderes sobre os dominados, que obedecem porque foram educados (ou seja, compartilharam de uma tradição) ou porque julgam que o líder tenha dotes sobrenaturais (que Weber chama de

carisma). Mas no último caso, que é o das sociedades modernas e complexas, a obediência não é devida à figura do líder, mas à posição que ele ocupa no aparato de dominação, devidamente garantida por uma legislação de caráter racional. O exercício da autoridade racional depende de um quadro administrativo hierarquizado e profissional, que se caracteriza pela existência de uma burocracia. É este o sentido histórico do processo que Weber chama de racionalização das sociedades: uma crescente transformação dos modos informais e tradicionais de extração de obediência em instituições organizadas racionalmente, impessoalmente e legalmente para a obtenção desta obediência.

(...) A lógica da racionalidade, da obediência à lei e do treinamento das pessoas para administrar as tarefas burocráticas do Estado foi aos poucos se disseminando. Na formação do Estado moderno e do capitalismo moderno, que são inseparáveis um do outro, Weber dá especial atenção a dois aspectos: de um lado, a constituição de um direito racional, um dos pilares do processo de racionalização da vida, e de outro, a constituição de uma administração racional em moldes burocráticos. O direito racional oferece as garantias contratuais e a codificação básica das relações de troca econômica e troca política que sustentam o capitalismo e o Estado modernos, enquanto que o desenvolvimento da empresa capitalista moderna oferece o modelo para a constituição da empresa de dominação política própria do capitalismo, o Estado burocrático.

E aqui é que se torna claro o modo como Weber pensa a educação. A educação sistemática, analisa ele, passou a ser um “pacote” de conteúdos e de disposições voltados para o treinamento de indivíduos que tivessem de fato condições de operar essas novas funções, de “pilotar” o Estado, as empresas e a própria política, de um modo “racional”. Um dos elementos essenciais na constituição do Estado moderno é a formação de uma administração burocrática em moldes racionais. Tal processo só ocorreu de modo complexo no Ocidente, onde houve a substituição paulatina de um funcionalismo não especializado e regido por orientações mais ou menos discricionários (não baseadas em regras) por um funcionalismo especificamente treinado e politicamente orientado com base em regulamentos racionais.

Na exposição de Weber, o Oriente aparece como protótipo da administração irracional. (...) Na realidade, nesse tipo de administração tudo repousa na concepção mágica de que a virtude do Imperador e dos funcionários, ou seja, de que sua superioridade em matéria literária, basta para governar. A coisa é muito distinta no Estado racional, o único em que pode prosperar o capitalismo moderno. Ele se funda na burocracia profissional e no direito racional.

(Texto extraído do livro “Sociologia da Educação”, de Alberto Tosi Rodrigues. Editora Lamparina).

Para a Crítica da Economia Política (Trecho do Prefácio)

O primeiro trabalho, empreendido para resolver as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão crítica da filosofia do direito que [Hegel](#), um trabalho cuja introdução apareceu nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*^[N13] publicados em Paris em 1844. A minha investigação desembocou no resultado de que relações jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraízam-se, isso sim, nas relações materiais da vida, cuja totalidade [Hegel](#), na esteira dos ingleses e franceses do século XVIII, resume sob o nome de "sociedade civil", e de que a anatomia da sociedade civil se teria de procurar, porém, na economia política. A investigação desta última, que comecei em Paris, continuei em Bruxelas, para onde me mudara em consequência duma ordem de expulsão do Sr. [Guizot](#).

O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim sucintamente: na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então

uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições económicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais. Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação económica e social. As relações de produção burguesas são a última forma antagónica do processo social da produção, antagónica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana.

O CONCEITO DE PODER

MAX WEBER

Baseia-se na compreensão de que todos lutam contra todos (ação social → relação social → seleção social). Valoriza o plano subjetivo (os interesses motivacionais): os compartilhamentos de interesses.

KARL MARX

Baseia-se na percepção histórica de que as sociedades estão divididas em classes (ricos x pobres) e que a questão do poder se expressa (em tomar partido) nessa luta de classes.

A guerra termonuclear como possibilidade real: A Rússia deve esperar um ataque dos EUA

Os Estados Unidos são dirigidos por grupos de interesses privados (NdE: o mesmo que lobbies) e pela ideologia neoconservadora que sustenta ter sido escolhido pela História como o país "excepcional e indispensável" com o direito e a responsabilidade de impor sua vontade ao mundo.

O PODER OCULTO - Na minha opinião, os grupos de interesses privados mais poderosos são:

- O Complexo militar/segurança;
- Os quatro ou cinco bancos de mega dimensão "demasiados grandes para falirem" e a Wall Street;
- O agronegócio;
- As indústrias extrativas (petróleo, mineração, madeira).

Os interesses destes grupos coincidem com aqueles dos neoconservadores. A ideologia neoconservadora apoia o imperialismo ou a hegemonia financeira e político-militar americana.

Não há imprensa ou TV independente americana. Nos últimos anos do regime Clinton, 90% dos meios impressos e da TV estavam concentrados em seis megas companhias. Durante o regime Bush, a National Public Radio perdeu sua independência. Assim, os meios funcionam como um Ministério da Propaganda.

Ambos os partidos políticos, republicanos e democratas, estão dependentes dos mesmos grupos de interesses privados para fundos de campanha, assim ambos os partidos dançam para os mesmos mestres. O deslocamento de empregos destruiu os sindicatos manufatureiros e industriais e privou os democratas das contribuições políticas de sindicatos trabalhistas. Naqueles dias, os democratas representavam o povo trabalhador e os republicanos representavam os negócios.

SOBRE O FED - O Federal Reserve (FED) está ali para (beneficiar) os bancos, principalmente os grandes. O Federal Reserve foi criado como prestamista de último recurso para impedir bancos de falirem devido a corridas bancárias ou retirada de depósitos. O FED de Nova York, o qual conduz as intervenções financeiras, tem uma diretoria que consiste nos executivos dos grandes bancos. Os últimos três presidentes do Federal Reserve foram judeus e o atual vice-presidente é o antigo governador do banco central israelense. Judeus são proeminentes no setor financeiro, (como) no Goldman Sachs por exemplo. Nos últimos anos, os secretários do Tesouro dos EUA e dirigentes das agências regulatórias financeiras foram principalmente os executivos da banca responsáveis pela fraude e pela alavancagem excessiva de dívida que lançaram a última crise financeira.

No século XXI, o Federal Reserve e o Tesouro serviram apenas os interesses dos grandes bancos. Isto tem sido a expensas da economia e da população...

QUEM MANDA? - Não importa quão ricas sejam algumas famílias, elas não podem competir com poderosos grupos de interesses tais como o complexo militar/segurança ou a Wall Street e os bancos. A riqueza estabelecida há muito pode cuidar dos seus interesses e alguns, tais como os Rockfellers, têm fundações ativistas que na maior parte trabalham provavelmente em estreita colaboração com o National Endowment for Democracy (NED) para financiar e encorajar várias organizações não governamentais (ONGs) pró-americanas em países que os EUA querem influenciar ou subverter, tal como se verificou na Ucrânia. As ONGs são essencialmente Quintas Colunas dos EUA e operam sob nomes como "direitos humanos", "democracia", etc. Um professor chinês contou-me que a Fundação Rockefeller criou uma universidade americana na China e que ela é utilizada para organizar diversos chineses anti-regime. No passado, e talvez ainda hoje, havia na Rússia centenas de ONGs com financiamento estadunidense e alemão, possivelmente até 1000.

Não sei se os bilderbergs fazem o mesmo. Possivelmente são apenas pessoas muito ricas e têm seus protegidos em governos que tentam proteger seus interesses. Nunca vi quaisquer sinais de bilderbergs ou maçons ou Rothchilds a afetarem decisões do Congresso ou do ramo executivo.

Por outro lado, o Council for Foreign Relations (CFR) é influente. O conselho é composto de antigos responsáveis da política governamental e acadêmicos envolvidos em política externa e relações internacionais. A publicação do conselho, a 'Foreign Affairs', é o principal fórum de política externa. Alguns jornalistas também são membros. Quando fui proposto como membro na década de 1980, fui vetado.

A Skull & Bones é uma fraternidade secreta da Universidade de Yale. Algumas universidades têm tais fraternidades. A Universidade de Virgínia, por exemplo, tem uma e a da Georgia também. Estas fraternidades não têm tramas governamentais secretas ou poderes de domínio. Sua influência seria limitada à influência pessoal dos membros, os quais tendem a ser filhos de famílias da elite. Na minha opinião, estas fraternidades existem para dar status de elite aos membros. Elas não têm funções operacionais.

(...) Não há realmente pessoas poderosas por si próprias. Pessoas poderosas são aquelas que têm por trás grupos de interesses poderosos. Desde que o secretário da Defesa William Perry privatizou grande parte das funções militares em

1991, o complexo militar/segurança tem sido extremamente poderoso e o seu poder é ainda mais ampliado pela sua capacidade para financiar campanhas políticas e pelo fato de que é uma fonte de emprego em muitos estados. Essencialmente as despesas do Pentágono são controladas pelos fornecedores da defesa.

A OTAN E A EUROPA - (...) A OTAN foi uma criação estadunidense, alegadamente para proteger a Europa de uma invasão soviética. Seu propósito expirou em 1991. Hoje a OTAN proporciona cobertura à agressão dos EUA, bem como forças mercenárias para o Império Americano. A Grã-Bretanha, Canada, Austrália são simplesmente estados vassalos dos EUA assim como a Alemanha, França, Itália, Japão e o resto. Não há parceiros, apenas vassalos. É o império de Washington, nada mais.

SOBRE ISRAEL - (...) Nunca vi qualquer evidência de que os EUA controlam Israel. Toda a evidência é de que Israel controla os EUA, mas só na sua política do Oriente Médio. Nos últimos anos, Israel, ou o lobby israelense, foi capaz de controlar ou impedir nomeações acadêmicas nos EUA e a estabilidade no emprego (tenure) para professores considerados críticos de Israel. Israel tem tido êxito tanto em universidades católicas como nas estaduais em travar estabilidades e nomeações. Israel pode também bloquear algumas nomeações presidenciais e tem uma influência vasta sobre os meios impressos e da TV. O lobby israelense também tem abundância de dinheiro para financiar campanhas políticas e nunca falha em remover deputados e senadores dos EUA considerados críticos de Israel. O lobby israelense foi capaz de penetrar no distrito negro do Congresso de Cynthia McKinney, uma mulher negra, e derrotá-la na sua reeleição. Como disse o almirante Tom Moore, Chefe de Operações Navais e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas: "Nenhum presidente americano pode enfrentar Israel". O almirante Moore não pôde sequer conseguir uma investigação oficial ao ataque mortífero de Israel ao USS Liberty em 1967.

Qualquer um que critique políticas israelenses, mesmo num espírito colaborativo, é etiquetado como "anti-semita". Na política, nos meios e nas universidades americanas, isto é uma sentença de morte. Você pode ser atingido por um míssil infernal.

(...) Na minha opinião o 11/Set foi o produto dos neoconservadores, muitos dos quais são judeus aliados a Israel, Dick Cheney, e Israel. Seu objetivo foi proporcionar "o novo Pearl Harbor" que os neoconservadores disseram ser necessário para lançar suas guerras de conquista no Oriente Médio. Não sei durante quanto tempo antes foi planejado, mas Silverstein obviamente fez parte disto e ele não esteve no World Trade Center durante muito tempo antes do 11 de Setembro.

Quanto ao bombardeamento do Murrah Federal Building na cidade de Oklahoma, o general Partin, da Força Aérea, seu perito em munições, preparou um relatório técnico provando para além de qualquer dúvida que o edifício explodiu a partir de dentro, para fora, e que o caminhão com a bomba foi encobrimento. O Congresso e os meios ignoraram este relatório. O bode expiatório, McVeigh, já estava definido e isso foi a única estória permitida.

A ARROGÂNCIA IMPERIAL - (...) Estou tão perplexo quanto você. Penso que Washington está perdida no excesso de confiança e na arrogância e está mais ou menos insana. Também há a crença de que os EUA podem vencer uma guerra nuclear com a Rússia. Houve um artigo na Foreign Affairs cerca de 2005 ou 2006 na qual se apresentava esta conclusão. A crença na "vencibilidade" da guerra nuclear tem sido promovida pela fé nas defesas ABM (Anti-Ballistic Missile). O argumento é que os EUA podem atingir a Rússia tão duramente num primeiro ataque antecipativo (preemptive) que a Rússia não retaliaria por medo de um segundo ataque.

O COLAPSO DO IMPÉRIO - A economia dos EUA está esvaziada. Não tem havido qualquer crescimento do rendimento real mediano das famílias durante décadas. Alan Greenspan, como presidente do FED, utilizava uma expansão do crédito ao consumidor para substituir o crescimento em falta no rendimento do mesmo, mas a população está agora demasiadamente endividada para contrair mais crédito. Assim, não há nada para conduzir a economia. Tamanha quantidade de empregos na manufatura e em serviços profissionais transacionáveis, como engenharia de software, foram removidos para o exterior e a classe média sofreu uma contração. Licenciados em universidades não podem obter empregos que permitam uma existência independente. De modo que não podem constituir famílias, comprar casas, eletrodomésticos e mobílias para o lar. O governo produz baixas mensurações de inflação ao não medir a inflação e baixas taxas de desemprego ao não medir o desemprego. Os mercados financeiros são manipulados (rigged) e o ouro deitado abaixo apesar do crescimento da procura através de vendas shorts a descoberto no mercado de futuros. É um castelo de cartas que tem aguentado mais tempo do que eu pensava possível. Aparentemente, o castelo de cartas pode suster-se até que o resto do mundo cesse de manter o US dólar como reservas.

ABANDONAR A OTAN - Possivelmente o império impôs demasiada tensão à Europa ao envolvê-la num conflito com a Rússia. Se a Alemanha, por exemplo, abandonasse a OTAN, o império entraria em colapso, ou se a Rússia pudesse encontrar engenho (wits) para financiar a Grécia, a Itália e a Espanha em troca de abandonarem o Euro e a UE, o império sofreria o golpe fatal.

Alternativamente, a Rússia pode dizer à Europa que não tem nenhuma alternativa exceto alvejar as capitais europeias com armas nucleares uma vez que a Europa se juntou aos EUA na guerra contra a Rússia.

(...) Stephen Cohen diz que simplesmente não há discussão de política externa. Não há debate. Penso que o império pensa que pode desestabilizar a Rússia e a China e que isto é uma das razões porque Washington tem revoluções coloridas a atuarem na Armênia, Quirguistão e Uzbequistão. Como Washington está determinada a impedir a ascensão de outras potências e está perdida no excesso de confiança e arrogância, ela provavelmente acredita que terá êxito. Afinal de contas, a História escolheu Washington.

A ÚNICA SOLUÇÃO - (...) O único meio pelo qual uma eleição presidencial poderia importar seria se o presidente eleito tivesse por trás um movimento forte. Sem um movimento, o presidente não tem poder independente e ninguém para nomear que fará a sua parte. Os presidentes estão cativos. Reagan tinha algo de um movimento, apenas o suficiente, com o que fomos capazes de curar a estagnação apesar da oposição de Wall Street e fomos capazes de acabar com a guerra-fria apesar da oposição da CIA e do complexo militar/segurança. Reagan era idoso e vinha de um outro tempo. Ele assumiu que o gabinete do presidente era poderoso e atuou dessa forma.

OS MILITARES SÃO TODOS CORRUPTOS - (...) Os militares dos EUA são criaturas das indústrias de armamentos. O objetivo completo de se fazer general é qualificar-se para ser um consultor na indústria da "defesa", ou tornar-se um executivo ou ir para a direção de uma empreiteira da "defesa". Os militares servem como fonte para carreiras de aposentação quando então os generais ganham o dinheiro grosso. Os militares dos EUA estão totalmente corruptos. Leia o livro de Andrew Cockburn, 'Kill Chain'.

SOBRE PUTIN - (...) Penso que Putin é bastante humano para capitular ao invés de provocar a destruição do mundo, mas Putin tem de responder a outros dentro da Rússia e duvido que nacionalistas apoiassem a capitulação.

Na minha opinião, penso que Putin deveria centrar-se na Europa e torná-la consciente de que a Rússia espera um ataque americano e não terá qualquer opção exceto exterminar a Europa como resposta. Putin deveria encorajar a Europa a desligar-se da OTAN a fim de impedir a 3ª Guerra Mundial.

Putin também deveria assegurar-se de que a China entende que representa a mesma ameaça para os EUA, tanto quanto a Rússia, e que ambos os países têm de se manter unidos. Talvez se a Rússia e a China mantivessem suas forças num alerta nuclear, não o alerta máximo, mas um alerta elevado que transmitisse o reconhecimento da ameaça americana e transmitisse esta ameaça ao mundo, os EUA pudessem ser isolados.

Talvez se as imprensas indiana, japonesa, francesa, alemã, britânica, chinesa e russa começassem a informar que a Rússia e a China perguntam se receberão um ataque nuclear preventivo (pre-emptive) de Washington o resultado fosse impedir esse ataque.

A DOCTRINA WOLFOWITZ - Tanto quanto posso dizer a partir das minhas muitas entrevistas com os meios russos, não há consciência russa da Doutrina Wolfowitz. Os russos pensam que há alguma espécie de mal-entendido acerca das intenções russas. Os meios russos não entendem que a Rússia é inaceitável porque a Rússia não é um vassalo dos EUA. Os russos acreditam em toda asneirada ocidental acerca de "liberdade e democracia" e acreditam que têm pouco disso, mas estão a fazer progressos. Por outras palavras, os russos não têm ideia de que são visados para a destruição.

A hostilidade para com a Rússia remonta à Doutrina Wolfowitz:

"Nosso primeiro objetivo é impedir a re-emergência de um novo rival, tanto no território da antiga União Soviética como alhures, que coloque uma ameaça da ordem daquela colocada anteriormente pela União Soviética. Isto é uma consideração dominante subjacente à nova estratégia de defesa regional e requer que nos empenhemos para impedir qualquer potência hostil de dominar uma região cujos recursos, sob controle consolidado, seriam suficientes para gerar poder global".

Enquanto os EUA estavam centrados nas suas guerras no Oriente Médio, Putin restaurou a Rússia e travou a invasão da Síria planejada por Washington e o bombardeamento do Irã. O "primeiro objetivo" da doutrina neocon foi rompido. A Rússia tinha de ser posta em linha. Essa é a origem do ataque de Washington à Rússia. Os meios dependentes e cativos dos EUA e da Europa simplesmente repetem "a ameaça russa" para o público, o qual está despreocupado e, além disso, desinformado.

A ofensa da cultura russa também está aqui – éticas cristãs, respeito à lei e à humanidade, diplomacia ao invés de coerção, costumes sociais tradicionais – mas isto é o pano de fundo. A Rússia é odiada porque ela (e a China) é uma restrição ao poder uno e unilateral de Washington. Esta restrição é o que levará à guerra.

Se os russos e os chineses não esperarem um ataque nuclear preventivo por parte de Washington serão destruídos.

24 de março de 2015.

Este texto foi readaptado para fins didáticos por mim (RF) com base na entrevista de Paul Craig Roberts ao site 'The Saker' e publicada em <http://resistir.info/>. As perguntas foram substituídas por subtítulos em negrito.

ESTRUTURA DE PODER DO ESTADO BRASILEIRO:

Poder Executivo

Federal:
Presidente da República

Estaduais:
Governadores

Municipais:
Prefeitos

Poder Judiciário

Federal:
STF, STJ, Justiça Federal,
Justiça do trabalho, Justiça
Eleitoral e Justiça militar

Estaduais:
Justiças Estaduais
(TJ's)

Poder Legislativo

Federal:
Senado Federal e Câmara (dos
deputados) Federal

Estaduais:
Assembleias Legislativas

Municipais:
Câmaras de Vereadores

O ESQUEMA DE CORRUPÇÃO É CAPITALISTA E GLOBAL

Empresas Corporativas (Setor PRIVADO)

...contratam...

Lobbistas

...que corrompem...

Vereadores, deputados e senadores; Juízes; Governantes em geral (Setor PÚBLICO)

...que reprimem e enquadram na política
neoliberal os...

Funcionários públicos. Mas, como? Via
meritocracia, PPP, terceirizações dos serviços
(ONG's e OS's)

PÚBLICO X PRIVADO?

Duas formas de luta contra a corrupção:

**Combate à corrupção proposto pela direita
golpista (PiG e outros entes antidemocráticos):**
propõe o **combate aos corruptos** (os governos e
seus agentes). Como de daria? Via **impeachment**
ou **golpe** de Estado. Via Lava Jato.

X

Combate à corrupção proposto pela esquerda:
propõe o **combate aos corruptores** (as grandes
empresas e conglomerados capitalistas). Como se
daria? Via **reforma política** (fim do
financiamento empresarial de campanha) e pelo
aprofundamento do processo democrático.

"Veio enfim um tempo em que tudo o que os homens tinham olhado como inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico, e podia alienar-se. É o tempo em que as próprias coisas que até então eram comunicadas, mas nunca trocadas; dadas, mas nunca vendidas; adquiridas, mas nunca compradas - virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc. - em que tudo enfim passou para o comércio.

É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal."

(Karl Marx. In: 'Miséria da Filosofia', 1846-47)

Nossa América: as duas faces das ONG'S

Comentaristas e intelectuais mostraram-se surpresos quando muitos líderes e ativistas de organizações não governamentais (ONG'S) se uniram à campanha eleitoral de Vicente Fox¹ e, com sua vitória, esperam receber cargos dentro de seu novo governo. A ideia de que líderes "progressistas" das ONG's se unam a um regime abertamente partidário do "livre mercado" parece estranha. Não obstante uma análise mais profunda da história e dos antecedentes de funcionários de ONG's na América Latina, assim como de suas ideologias e vínculos com doadores externos, poderia haver profetizado este cenário.

Na transição ocorrida na política eleitoral do Chile, Bolívia, Argentina e América Central, numerosos líderes de ONG's se aliaram a regimes neoliberais que utilizaram suas experiências organizacionais e retóricas progressistas para controlar protestos populares e solapar movimentos de classes sociais.

Desde o início da década de 80, as classes dominantes neoliberais, junto com o governo dos Estados Unidos e governos europeus, se asseguraram de que as políticas do "livre mercado" estavam polarizando as sociedades na América Latina. Mediante fundações privadas e fundos estatais, começaram a financiar as ONG's, as mesmas que expressavam uma ideologia contra o estado e promoviam a "auto-ajuda". Ao final deste milênio, existem umas 100 mil ONG's em todo o mundo que recebem cerca de 10 milhões de dólares e competem com os movimentos sociopolíticos pela lealdade das comunidades militantes.

Ainda que as ONG's tenham denunciado violações aos direitos humanos, raras vezes denunciam seus benfeitores da Europa e dos EUA. À medida que aumentou a oposição ao neoliberalismo, o Banco Mundial (BM) incrementou os donativos destinados às ONG's.

O ponto fundamental de convergência entre as ONG's e o BM era a repulsa de ambas entidades ao "estatismo". Superficialmente, as ONG's criticavam o Estado numa perspectiva de "esquerda" em defesa da "sociedade civil", enquanto que criticavam o BM em nome do "mercado".

Na realidade, o BM e os regimes neoliberais aproveitaram as ONG's para minar o sistema de seguridade social estatal, utilizando-as e reduzindo-as em meios de compensar as vítimas das políticas neoliberais.

Enquanto os regimes neoliberais diminuía os níveis de vida e saqueavam a economia, fundaram-se as ONG's para promover projetos de "auto-ajuda" que absorveriam, temporariamente, pequenos grupos de desempregados pobres, ao mesmo tempo em que recrutavam líderes locais.

As ONG's se converteram no "rosto comunitário" do neoliberalismo e se relacionaram intimamente com os de cima e complementaram seu trabalho destrutivo. Quando os neoliberais transferiam lucrativas propriedades estatais, privatizando-as para os ricos, as ONG's não tomaram parte de uma resistência sindical. Ao contrário, mostraram-se ativas na elaboração de projetos privados, promovendo o discurso da iniciativa privada ("auto-ajuda") ao tratarem de fomentar as microempresas nas comunidades pobres.

As ONG's criaram pontes ideológicas entre pequenos capitalistas e os monopólios que se beneficiaram das privatizações – tudo em nome do anti-estatismo e da construção da sociedade civil.

Enquanto os ricos criavam vastos impérios financeiros a partir das privatizações, profissionais de classe média que trabalhavam com as ONG's recebiam pequenos fundos para financiar seus escritórios, seus gastos com transportes e suas atividades para promover atividades econômicas de pequena escala.

O importante aqui é que as ONG's despolitizaram setores da população, ignoraram seus compromissos para com atividades do setor público e se aproveitaram de líderes sociais potenciais para a realização de projetos econômicos pequenos.

Na realidade as ONG's não são não-governamentais. Recebem doações de governos estrangeiros ou funcionam como agências subcontratadas por governos locais. Igualmente importante é o fato de que seus programas não são qualificados pelas comunidades a quem ajudam, e sim pelos financiadores estrangeiros. É neste sentido que as ONG's sabotam a democracia, ao arrancar programas sociais das mãos das comunidades e de seus líderes oficiais, para criar dependência a cargos de funcionários não eleitos, provenientes do exterior, que escolhem e ungem seus interlocutores locais.

A ideologia das ONG's quanto a suas atividades privadas e voluntárias destrói o sentido de "público"; a ideia de que o governo tem a obrigação de representar a todos seus cidadãos. Contra esta noção de responsabilidade pública, as ONG's fomentam a ideia neoliberal de uma responsabilidade privada para com os problemas sociais e a importância dos recursos para resolver estes problemas.

Dessa forma, as ONG's impõem uma dupla carga sobre os pobres: o pagar impostos para financiar um Estado neoliberal que serve aos ricos e a auto-explorar-se de maneira privada para satisfazer suas próprias necessidades.

Muitos dos líderes e militantes das ONG's são ex-marxistas ou "pós-marxistas", que tomam emprestado muito da retórica ligada a "dar poder ao povo", "o poder popular", "a igualdade de gênero" e o "governo das bases com o único que tem legitimidade", enquanto distanciam a luta social das condições que marcam a vida das pessoas. As ONG's, se converteram em um veículo organizado que permite a mobilidade social ascendente para desempregados ou professores ex-esquerdistas mal pagos.

O linguajar progressista disfarça o núcleo conservador das práticas das ONG's, tem sempre que ver com "dar poder", porém os esforços destes organismos raras vezes vão além de uma influência em pequenas áreas da vida social, utilizando os recursos limitados e sempre dentro das condições permitidas pelo Estado neoliberal. No lugar de dar educação pública sobre a natureza do imperialismo e sobre as bases clássicas do neoliberalismo, as ONG's discutem sobre "os excluídos", "os indefesos" e "a extrema pobreza", sem jamais passar de seus sintomas superficiais para analisar o sistema social que produz essas condições.

Ao incorporar os pobres na economia neoliberal através de ações voluntárias que são exclusivamente da iniciativa privada, as ONG's criam um mundo em que a aparência de uma solidariedade e ações sociais oculta uma conformidade com as estruturas nacionais e internacionais de poder.

Não é por acaso que as ONG's têm-se convertido em entidades dominantes em certas regiões onde as ações políticas independentes têm decaído e o neoliberalismo rege sem oposição alguma.

A conversão de líderes das ONG's, de porta-bandeiras do "poder popular" a simpatizantes do presidente conservador eleito, Vicente Fox, é, portanto, perfeitamente compreensível.

Os funcionários das ONG's proporcionam a retórica "populista" em torno da sociedade civil que legitimam as políticas do livre mercado. Em troca, suas nomeações como funcionários governamentais satisfazem suas ambições de mobilidade e ascensão social.

Para os ex-esquerdistas, o anti-estatismo é a passagem que lhes concederá trânsito ideológico da política de classes e do desenvolvimento comunitário para o neoliberalismo. Para os intelectuais críticos, o problema não é só o neoliberalismo do "livre mercado" que vem das cúpulas, mas também o neoliberalismo da "sociedade civil", que provém de baixo.

James Petras é do Departamento de sociologia da Universidade de Binghamton, em Nova York/EUA

(1) Vicente Fox, presidente do México, eleito recentemente.

O governo dos EUA é a mais completa organização criminosa da História da humanidade

por Paul Craig Roberts

Centro de tortura da CIA na Polónia. Único entre os países da Terra, o governo dos EUA insiste em que as suas leis e ditames têm prioridade sobre a soberania das nações. Washington assevera o poder de tribunais estadunidenses sobre estrangeiros e reclama jurisdição extraterritorial de tribunais dos EUA em relação a atividades estrangeiras que Washington ou grupos de interesses americanos desaprovam. Talvez o pior resultado do desdém de Washington para com a soberania de países seja o poder que tem exercido sobre estrangeiros unicamente com base em acusações de terrorismo destituída de qualquer evidência.

Considere alguns exemplos. Washington primeiro forçou o governo suíço a violar as suas próprias leis bancárias. A seguir forçou a Suíça a revogar as suas leis de segredo bancário. Alegadamente a Suíça é uma democracia, mas as leis do país são determinadas em Washington por pessoas não eleitas pelos suíços para representá-las.

Considere o "escândalo do futebol" que Washington cozinhou, aparentemente para embaraçar a Rússia. A sede da organização do futebol é a Suíça, mas isto não impediu Washington de enviar agentes do FBI à Suíça para prender cidadãos suíços. Tente imaginar a Suíça a enviar agentes federais suíços aos EUA para prender americanos.

Considere a multa de US\$9 bilhões que Washington impôs a um banco francês por deixar de cumprir plenamente as sanções de Washington contra o Irã. Esta afirmação do controle de Washington sobre uma instituição financeira estrangeira é ainda mais audaciosamente ilegal tendo em vista o fato de que as sanções que Washington impôs ao Irã e que exige que outros países soberanos obedecem são ela próprias estritamente ilegais. Na verdade, neste caso temos uma tríplice ilegalidade pois as sanções foram impostas com base em acusações cozinhadas e falsificadas que eram mentiras.

Ou considere que Washington afirmou sua autoridade sobre o contrato entre um estaleiro naval francês e o governo russo e forçou a companhia francesa a violar um contrato com um prejuízo de bilhões de dólares para a empresa francesa e de grande número de empregos para a economia do país. Isto fazia parte do ensinamento de Washington aos russos, uma lição por não seguirem as ordens de Washington na Crimeia.

Tente imaginar um mundo em que cada país afirme a extraterritorialidade das suas leis. O planeta seria um caos permanente com o PIB mundial gasto em batalhas legais e militares.

A Washington dos neocons afirma que como a História escolheu a América para exercer a sua hegemonia sobre o mundo, nenhuma outra lei é relevante. Só a vontade de Washington é que conta. A própria lei não é sequer necessária pois Washington muitas vezes substituiu ordens por leis, como quando Richard Armitage, vice-secretário de Estado (uma posição não eletiva) disse ao presidente do Paquistão para

fazer como ele lhe dizia ou "nós o bombardearemos até [levá-los] à idade da pedra".

Tente imaginar os presidentes da Rússia ou da China a darem uma tal ordem a uma nação soberana.

De fato, Washington bombardeou grandes áreas do Paquistão, assassinando milhares de mulheres, crianças e idosos aldeões. A justificação de Washington era a afirmação da extraterritorialidade de ações militares dos EUA em outros países com os quais Washington não está em guerra.

Tão horrendo como tudo isto, o pior dos crimes de Washington contra outros povos, é quando Washington sequestra cidadãos de outros países e transporta-os para Guantânamo em Cuba ou para masmorras secretas em estados criminosos tais como o Egito e a Polónia para serem ali mantidos e torturados em violação tanto da lei estadunidense como do direito internacional. Estes crimes chocantes provam para além de qualquer dúvida que o governo dos EUA é o pior empreendimento criminoso que alguma vez existiu sobre a Terra.

Quando o criminoso regime neoconservador de George W. Bush lançou sua invasão ilegal do Afeganistão, o regime criminoso em Washington precisava desesperadamente de "terroristas" a fim de providenciar uma justificação para uma invasão ilegal que constitui um crime de guerra grave sob o direito internacional. Contudo, não havia quaisquer terroristas. Assim Washington despejou folhetos sobre territórios dos senhores da guerra a oferecer milhares de dólares em prémios de dinheiro por "terroristas". Os senhores da guerra respondiam a essa oportunidade e capturavam qualquer pessoa desprotegida, vendendo-as aos americanos em troca do prémio.

A única evidência de que os "terroristas" eram terroristas é que as pessoas inocentes foram vendidas aos americanos pelos senhores da guerra como sendo "terroristas".

Ontem Fayed Mohammed Ahmed Al-Kandari foi libertado depois de 14 anos de tortura pela "América da liberdade e da democracia". O oficial dos EUA, Coronel Barry Wingard, que representou Al-Kandari disse que "simplesmente não há evidência além de que ele é um muçulmano no Afeganistão no momento errado, além de duplas e triplas declarações de rumores, algo que nunca foi visto como justificação para encarceramento". Muito menos, disse o Coronel Wingard, era causa para muitos anos de torturas num esforço para forçar uma confissão das alegadas ofensas.

Não espere que os meios (de comunicação) **prestígitos** do ocidente o informe destes fatos. Para descobri-los deve ir à RT ou ao sítio web de Stephen Lendman ou a este sítio.

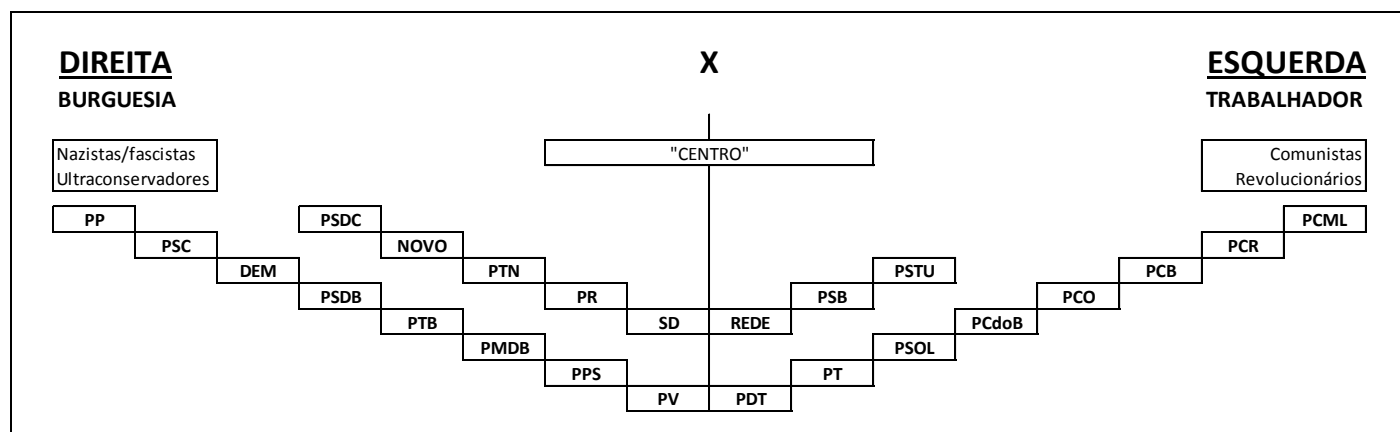
Os meios (de comunicação) **prestígitos** do ocidente fazem parte da operação criminosa de Washington.

09 de Janeiro de 2016.

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/>.

Partidos registrados no TSE					
1	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRES. NACIONAL	Nº DA LEGENDA
1	MDB	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981	ROMERO JUCÁ FILHO, no exercício da presidência	15
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981	ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO	14
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981	CARLOS LUPI	12
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982	GLEISI HELENA HOFFMANN	13
5	DEM	DEMOCRATAS	11.9.1986	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO	25
6	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988	LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS	65
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1º.7.1988	CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS	40
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989	GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO	45
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990	DANIEL S. TOURINHO	36
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990	EVERALDO DIAS PEREIRA	20
11	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990	ANTONIO CARLOS BOSCO MASSAROLLO	33
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991	OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE	44
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992	ROBERTO JOÃO PEREIRA FREIRE	23
14	PV	PARTIDO VERDE	30.9.1993	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PENNA	43
15	AVANTE	AVANTE	11.10.1994	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	70
16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	11
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995	JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	16
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996	EDMILSON SILVA COSTA*	21
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	18.2.1997	JOSÉ LEVY FIDELIX DA CRUZ	28
20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997	MARCELO GUILHERME DE ARO FERREIRA	31
21	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	5.8.1997	JOSÉ MARIA EYMAEL	27
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997	RUI COSTA PIMENTA	29
23	PODE	PODEMOS	2.10.1997	RENATA HELLMESTER DE ABREU	19
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998	GUSTAVO BEBIANNO ROCH, no exercício da presidência	17
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005	EDUARDO BENEDITO LOPES, no exercício da presidência	10
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005	JULIANO MEDEIROS	50
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006	JOSÉ TADEU CANDELÁRIA, no exercício da presidência	22
28	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011	ALFREDO COTAIT NETO, no exercício da presidência	55
29	PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011	SÉRGIO RUBENS DE ARAÚJO TORRES	54
30	PATRI	PATRIOTA	19.6.2012	ADILSON BARROSO OLIVEIRA	51
31	PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	24.9.2013	EURÍPEDES G.DE MACEDO JÚNIOR	90
32	SD	SOLIDARIEDADE	24.9.2013	PAULO PEREIRA DA SILVA	77
33	NOVO	PARTIDO NOVO	15.9.2015	MOISES DOS SANTOS JARDIM	30
34	REDE	REDE SUSTENTABILIDADE	22.9.2015	PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA	18
35	PMB	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	29.9.2015	SUÊD HAIDAR NOGUEIRA	35

Fonte: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>



O manual Sharp e os “golpes suaves” na América Latina

Por Juan Manuel Karg* (Rebelión)

Gene Sharp é um filósofo e politólogo estadunidense, fundador da ONG Albert Einstein, cujo suposto fim é promover 'a defesa da liberdade e da democracia e a redução da violência política mediante o uso de ações não violentas'. Sua obra, assim, dá conta de cinco passos para provocar golpes suaves: minar; deslegitimar; promover protestos de rua; combinar formas de luta e fratura institucional. Como se dão estas etapas frente aos governos pós-neoliberais de nosso continente? Que similitude tem com o ocorrido durante o último mês na Venezuela?

Mediante o primeiro passo do “manual” Sharp – seu livro sugestivamente intitulado “Da ditadura à democracia”, que foi paradoxalmente utilizado quase sempre contra governos democraticamente eleitos – busca-se a promoção de ações previstas a gerar um clima de mal-estar social no país, desenvolvendo matrizes de opinião sobre problemas reais ou potenciais. O slogan predileto geralmente é, neste primeiro momento, a promoção de denúncias de corrupção estatal que, em grande parte dos casos, não foram comprovadas, mas que ajudam a gerar um certo “clima” tanto antigovernamental, como antiestatal, como aconteceu na década de 90 para tentar justificar em nossos países a onda privatizadora sobre as empresas estatais.

Com tais denúncias, fundadas ou não, inicia-se por 'minar' a fortaleza que sustenta as bases do governo em curso, encaminhando para a criação de um descontentamento social crescente. Como reforçar este primeiro momento? É fácil: buscando a geração de problemas econômicos cotidianos – o desabastecimento de produtos de primeira necessidade e uma escalada de preços, por exemplo, através do controle direto de grupos monopólicos sobre grande parte da matriz produtiva do país. Uma não intervenção estatal neste primeiro momento pode se tornar muito perigosa a médio prazo, já que implicaria perder a possibilidade de controlar uma área muito sensível para as necessidades básicas da

população. A criação de mercados populares, como foi feito na Venezuela, ou determinadas políticas de controle de preços podem contribuir para se contrapor aos efeitos especulativos. O passo seguinte é tentar minar a legitimidade através da denúncia da inexistência de liberdade de imprensa – da mesma imprensa, que gera o paradoxo – e um suposto avanço deste governo sobre os direitos humanos, algo que em geral não pode ser provado enfaticamente nos governos pós-neoliberais de nosso continente. Busca-se criar a matriz de opinião de um autoritarismo crescente, depositário de um suposto “pensamento único”, replicando estas denúncias por todos os meios (de comunicação) massivos privados. A maior parte dos governos progressistas na América Latina se confrontaram com estas primeiras duas etapas – em especial com a segunda. (...) Assim, as modificações que visam uma redistribuição do espectro radioelétrico (a democratização da mídia), por exemplo, foram caracterizadas erroneamente como “ataques à liberdade de expressão”. A questão na verdade não é de liberdades, mas econômica: os que tem alardeado em alto e bom som esta ideia são precisamente os grandes empresários midiáticos, que estão se sentindo ameaçados pelas novas leis que buscam impor limites aos monopólios midiáticos.

O terceiro momento consiste na promoção de uma “luta ativa de rua”, que através de reivindicações políticas e sociais faça o confronto direto com o governo. Assim, podem ocorrer protestos violentos contra as instituições, tal como aconteceu durante todo o mês de fevereiro na Venezuela, com ataques às procuradorias públicas, sede de governos, mercados populares promovidos pelo Executivo, etc. Aqui encontramos uma contradição notável com o suposto paradigma “pacifista” que se tenta atribuir a Sharp a partir da visão de alguns analistas internacionais, que trataram de “enaltecer” sua obra nos últimos anos.

O penúltimo passo, vinculado às mobilizações, é a criação de um clima de “ingovernabilidade”, mediante operações de “guerra psicológica” ou de quarta

geração. Assim, por exemplo, se utiliza os meios massivos privados para responsabilizar o próprio governo pelas ações de rua e seus resultados, ocultando e/ou manipulando informação do que aconteceu. A difusão de falsas notícias, ou de falsas fotografias (que na verdade são de acontecimentos que se deram em outros lugares do mundo) rapidamente se “viralizam” pelas redes sociais, tentando gerar uma matriz de opinião pública ao nível nacional e internacional. Busca-se inclusive obter o apoio de dirigentes, artistas e personalidades internacionais que, informadas ou não sobre o que realmente ocorre nesse país, opinam por ser um tema midiaticamente relevante em escala mundial. Logo, se reproduz essa opinião nos meios privados nacionais, gerando um círculo (des) informativo.

Para finalizar, espera-se que se produza uma ruptura institucional, o ponto alto (o clímax) do “manual” de desestabilização. Para isso tenta-se provocar um isolamento internacional do governo, algo que, não ocorrendo, pode comprometer os êxitos anteriores (dois exemplos de nosso continente: a rápida reação da Unasul frente às tentativas de golpe de 2008 e 2010 na Bolívia e Equador, respectivamente). Se o isolamento internacional for exitoso, e os passos anteriores forem bem realizados, buscar-se-á a renúncia presidencial.

Aqui, por exemplo, é possível promover uma divisão ainda maior entre o Executivo e o Legislativo, se o governo não conseguir controlar este último mediante uma maioria parlamentar. Os “golpes suaves” em Honduras e no Paraguai foram conduzidos pela direita “nativa” e os grupos empresariais de ambos os parlamentos. A destituição de Fernando Lugo, por exemplo, se produziu mediante um “juízo político muito rápido” que definiu sua saída em menos de 24 horas, desrespeitando normas jurídicas básicas frente a um presidente democraticamente eleito. Caso não ocorresse esta ruptura, outra possibilidade seria a conclamação de uma intervenção militar estrangeira ou até fomentar o desenvolvimento de uma guerra civil prolongada.

Como se vê neste último ponto, sob a ideia de uma possível intervenção militar estrangeira aparece um elemento que não se pode menosprezar de nenhuma maneira: a ingerência externa. É correto analisar isoladamente estas tentativas de golpes brandos, sem se dar conta do notório incremento de bases militares estadunidenses na América Latina? É possível entender a onda de protestos que tem lugar na Venezuela sem analisar que é o país com maiores reservas comprovadas de petróleo em escala mundial? Por trás da tentativa de deslegitimação internacional de governos democraticamente eleitos em nosso continente não só se esconde um interesse ideológico (o rechaço de uma forma de governar que tem horizontes na transformação social) mas também um objetivo (imperial) claramente comercial, que busca se apoderar e novamente controlar os enormes recursos naturais que tem o nosso continente.

* Juan Manuel Karg é licenciado em Ciência Política pela UBA. Investigador do Centro Cultural de Cooperação, Buenos Aires.

O ANALFABETO POLÍTICO

“O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Privatizado, privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.

Bertolt Brecht (Antologia Poética)

Um pequeno estudo sobre o golpe de 2016

Por: Renato Fialho Jr.

Visto agora à distância, pode-se dizer que o povo brasileiro foi deveras incoerente nas eleições de 2014. Ao mesmo tempo que elegeu Dilma Rousseff (PT), de centro-esquerda, para a presidência da República, presenteou a si mesmo e a própria presidenta com um verdadeiro cavalo de Troia: o Congresso Nacional majoritariamente direitista e conservador. Formado por 513 deputados federais e por 81 senadores, este congresso é sem sombras de dúvida, o pior dos últimos decênios.

Desde que foram abertos os trabalhos em 1º de janeiro de 2015, o Congresso direitista e corrupto, dificultou e impediu ao máximo que a presidência da República, tendo à frente o PT, governasse como antes. Pressionou e impôs ao Poder Executivo uma pauta extremamente conservadora e neoliberal – sob a batuta da mídia corporativa. Além de barrear a agenda social. O próprio deputado federal e réu Eduardo Cunha (PMDB-RJ e na época presidente da Câmara), representando as forças golpistas em ascensão, por diversas vezes chantageou o Senado de que, enquanto o Senado não votasse o impeachment-golpista contra Dilma, nenhuma questão de interesse do Senado seria aprovada na Câmara.

UM PEQUENO RETROSPECTO - Para se livrar da ditadura militar e a ditadura militar se livrar de se tornar mais e mais impopular, o sistema imperial capitalista forçou a chamada ‘abertura política’ no início dos anos oitentas. Após uma anistia de fio duplo (que beneficiou esquerdistas exilados, mas também as autoridades que ordenaram e os carrascos que realizaram as perseguições, as torturas e os assassinatos seletivos), veio à tona o movimento Diretas Já (1984). Esse movimento levou milhões de brasileiros às ruas e terminou golpeado pelo congresso, que impôs a eleição indireta para Presidente da República, que redundou na eleição pelo Congresso da chapa Tancredo-Sarney. Antes mesmo de assumir, Tancredo Neves é internado e morre com diverticulite no Hospital de Base de Brasília e o vice Sarney (um dos acionistas da Globo) assume o cargo mor da República.

José Sarney propõe o que seria a tônica daí em diante: um pacto social a partir de uma transição que deveria conduzir o Brasil a uma democracia hegemônica por uma classe dominante que estava nitidamente associada ao imperialismo e aos capitais internacionais. A democracia burguesa e a Nova República nascem comprometidas: receberam do regime militar, entre outros tantos “legados”, a ingerência externa, o

colonialismo, a dívida externa e a corrupção. Buscando combater a inflação, o governo Sarney implementou o Plano Cruzado (que resultou na greve geral de 12 de dezembro de 1986, a maior da história do país). A fim de dar conta da nova etapa histórica, uma Assembleia Constituinte eleita pelo povo elabora a Constituição Cidadã de 1988. Esta culminou nas eleições de 1989, que levou ao poder o primeiro presidente eleito da Nova República: o alagoano Fernando Collor de Melo (PRN).

Mas aí um outro golpe aconteceu: em sua posse, no dia 15 de março de 1990, a ministra da Fazenda do novo governo, Zélia Cardoso de Melo, anuncia o famigerado e impopular Plano Collor, que de cara realizou um imenso confisco (nas cadernetas de poupança e investimentos que muitos vinham fazendo para fugir da hiperinflação deixada pela ‘Ditacuja’). Iniciava-se assim o primeiro governo pós-ditadura no Brasil.

De matiz claramente neoliberal, Fernando Collor (que na campanha eleitoral se nomeou “caçador de marajás”) tratou de podar algumas das funções sociais que a Constituição acabava de confirmar como tarefa do Estado brasileiro. O corte na área social se deu via arrocho salarial, ataques ao funcionalismo público, e vendas de estatais à preço de banana, tudo sob o pretexto de amenizar o déficit público. Assim, um imenso mal-estar foi sentido com a recém-chegada democracia no Brasil. Se para os trabalhadores foi um alívio se livrar da ditadura, para as elites foi uma boa cartada: deram ao povo algumas liberdades políticas em troca da intensificação do arrocho socioeconômico e da sangria internacional. Mas o impeachment de Collor não tardou a chegar. Os caras-pintadas permitiram a chegada ao poder de Itamar Franco (PMDB-MG), vice de Collor, que se desdobrou no Plano Real e em mais dois mandatos para o seu ex-ministro, o neoliberal FHC (a reeleição, então proibida, adveio pela via corrupta - o mensalão).

Pois bem. Este pacto social das elites (que incluiu representações da classe trabalhadora) fabricou um monstro: a conciliação de classes. Em troca da legalização e institucionalização, todos os partidos mais à esquerda passaram a jogar suas fichas no processo eleitoral e na democracia burguesa (travando o teor revolucionário e pelas bases de suas militâncias). Foram necessários alguns anos até que um partido de origem popular vencesse as eleições presidenciais: mas em 2002 surge das urnas o governo do sindicalista e operário Luiz Inácio Lula da Silva. Enfim, a esperança venceu o medo, dizia-se à época. E venceu de novo (Lula 2006), e de novo (com Dilma Rousseff, em 2010) e de novo (Dilma 2014).

Em nome da governabilidade, a cada governo, o PT foi se aliando mais à direita, distribuindo ministérios, secretarias e cargos aos partidos 'amigos' e cedendo mais e mais espaço à agenda neoliberal. A direita tradicional foi ganhando espaço, se fortaleceu, e foi saindo fora da aliança até que, em 2016, deu o decisivo golpe: um golpe suave – sem apelar diretamente para as forças militares (mas ameaçando utilizá-las). Um golpe lento e gradual à moda brasiguai. Parlamentar e jurídico como no Paraguai, mas não como lá, em 48h, mas em câmara lenta, torturando a democracia, o voto popular e a presidenta eleita.

OS PARTIDOS E SUAS BANCADAS - Mas, vejamos alguns dados, extraídos do site da Câmara Federal: vide em <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao/bancada-na-eleicao>:

Em relação aos partidos, quantos eram e quantos são? Em 1998 haviam 18 partidos representados na Câmara dos deputados. Em 2002, 19. Em 2006, 21. Em 2010, 22. E em 2014, 28 partidos.

Quais eram as maiores bancadas? Em 1998: a maior bancada era a do PFL (o futuro DEM), com 105 deputados. O PT era a quinta força, com 59 deputados. Em 2002, a maior bancada passa a ser a do PT, com 91 deputados, seguida pela do PFL com 84, PMDB com 75 e PSDB com 70. Em 2006, a primeira bancada é a do PMDB com 89 deputados, seguida pela do PT com 83, PSDB com 66 e PFL com 65. Em 2010, a maior bancada eleita é a do PT, com 86, seguida pela bancada do PMDB com 78, PSDB com 54 e PP com 44. Em 2014, a atual, temos o PT com 68, seguida pela bancada do PMDB com 66, PSDB com 54 e PP com 38.

Assim, a bancada de centro-esquerda eleita em 2014 compunha-se de: PT (83), PDT (19), PCdoB (10), PSOL (5), totalizando 102 deputados, isso sem contar alguns nomes avulsos espalhados por outros partidos.

O IMPEACHMENT GOLPISTA - No fatídico dia 17 de abril de 2016, na votação sobre o impeachment de Dilma na Câmara, o placar ficou em 367 a 137 (com mais 7 abstenções e 2 ausências). Como já vimos, o resultado era bem previsível e coerente com o peso das bancadas e sua composição majoritariamente direitista. Numa atitude pragmática e antiética, não se considerou o mérito da questão (se Dilma cometeu ou não um crime de responsabilidade), prevalecendo a vontade política de surrupiar o poder a todo custo. Na prática, a permissão da chamada “pedalada fiscal” (argumento usado para incriminar Dilma) foi reintroduzida poucos dias depois da chegada de Temer ao poder. Vale lembrar que Temer era o vice de Dilma e foi um dos principais articuladores do golpe, junto com a mídia presstituta e o Poder Judiciário – na figura do juiz de primeira instância Sérgio

Moro, líder da encomendada Operação Lava Jato, sediada na que ficou conhecida como “República de Curitiba”, e que teve a complacência militante do próprio STF.

UM RAIOS 'X' DO PODER LEGISLATIVO - Um trabalho recente, datado de fevereiro de 2016, e publicado no site <http://apublica.org/>, mostra a câmara dos deputados com mais profundidade e níveis de detalhes. É que, desde que o poder da grana passou a eleger ou cooptar deputados, os partidos já não representam grande coisa. Existe uma força maior no Congresso: chama-se lobbies (o poder oculto, o poder de fato).

Os lobbies compram deputados e senadores que como resultado se reagrupam segundo os interesses econômicos setorializados, podendo um deputado pertencer a mais de uma bancada de lobby. Assim, dos 513 deputados da câmara, 238 são da bancada dos parentes (filhos, netos, esposas etc.). Dos 513 deputados, 226 pertencem a bancada das empreiteiras e construtoras; 208 são da bancada empresarial; 207 da bancada do agronegócio; 196 da bancada evangélica; 43 da bancada sindical; 35 da bancada da bala; 24 da bancada dos direitos humanos; 23 da bancada da mineração; 21 da bancada da saúde; e 14 da bancada da bola.

Na pesquisa é possível perceber que algumas bancadas são bem íntimas. É impossível não se ater ao fato de os 196 deputados da bancada evangélica também compõem as bancadas ditas patronais: agronegócio (84 são evangélicos), parentes (83), empresarial (77), empreiteiras e construtoras (76). Curiosamente, nenhum membro da bancada evangélica pertence a bancada dos direitos humanos.

A bancada evangélica é um escárnio: é composta pelos pastores Magno Malta (PR) e Marcos Feliciano, por Jair e Eduardo Bolsonaro (PSC), Eduardo Cunha (PMDB), entre outros. Praticamente todos os votos desta bancada foram em favor do impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff.

Aliás, em artigo intitulado 'Boi, Bala e Bíblia contra Dilma', a Agência Pública mostra o voto golpista por bancada: "Em ordem decrescente, votaram pelo impeachment as bancadas da bala (88,24%), empresarial (85,32%), evangélica (83,85%), ruralista (82,93%), da mineração (79,12%) e dos parentes (74,49%), formada por deputados com familiares na política. Nesses grupos, o porcentual de apoio ao impeachment foi superior ao valor médio registrado na votação, que foi de 71,54%. Com isso, o processo seguiu para o Senado Federal onde também foi aprovado em 31/08/16 sob a condução do presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski.

O desacordo nas eleições de 2014 entre o voto majoritário (Dilma - centro-esquerda) e o voto proporcional (amplamente direitista) se explica: 1) pela

desvalorização midiática da política; 2) pela destruição da política pela força da grana (via candidatos vendidos que compram votos de eleitores distópicos, amedrontados ou necessitados); 3) pelo coronelismo rural e urbano dado pela criação ou ampliação do voto de cabresto (via milícias, igrejas, etc.).

A IDEOLOGIA NEOLIBERAL - É aqui que entra em cena o papel dos meios de comunicação de massa e das igrejas evangélicas fundamentalistas, que promovem o voto religioso de cabresto (o cordeiro de deus: do deus dinheiro). Algumas igrejas e a 'grande mídia' tem conseguido impor um modo de pensar empresarial e burguês, interesseiro e pragmático-utilitarista. Quantos programas ou trechos de programas de TV, rádio, revistas e sites hoje são voltados para o fomento do empreendedorismo, aliados ou não às ONG's? Vejamos alguns destes programas manipuladores que fazem a cabeça de grande parte de nosso povo (jovens e adultos, mas também crianças e idosos): 'Pequenas empresas, grandes negócios' (TV Globo), 'mundo S/A' (Globo News), 'O que dá certo' (Band News), 'Giro Business' (Band News), 'Mundo Corporativo: Empreendedorismo e inovação' com Milton Jung (CBN - Sistema Globo de Rádio), 'Finanças pessoais' com Mara Luquet (Jornal da Globo), 'Revista Elas & Lucros: Finanças pessoais para mulheres' (UOL), 'Grandes Empreendedores' (TVB-Record), 'Programa Brasil Empreendedor' (TV Record), 'Nação 318' (TV Record), Revista 'Você S/A' (Abril), etc.

O espírito competitivo, o darwinismo social (expresso na luta egoísta pela existência), o analfabetismo político da classe média coxinha e do 'pobre de direita', a ideologia da diferença (que alimenta o ódio conservador e promove a distopia) e o vale tudo antiético e meritocrático estão sendo estimulados diuturnamente pela mídia corporativa: 'BBB' (TV Globo), 'The Voice Brasil' (TV Globo), 'BBQ Brasil: O primeiro reality show de churrasco do país' (SBT), 'UFC combate' (TV Globo), 'A Fazenda' (TV Record), 'MasterChef' e 'MasterChef Jr.' (BandTV) e muitos mais. Sem falar nas séries americanas enlatadas que entopem a TV a cabo, a lembrar que um outro mundo PIOR é possível: ou seja, o mundo da escravidão, da tortura, das trevas medievais, um mundo desregulamentado e sem direitos, onde a lei é a dos mais fortes - uma verdadeira barbárie pós-moderna.

Mas ainda há quem cobre e culpe o povo brasileiro por não votar direito. Mas, poderia ser diferente depois de tudo o que vimos e seguimos a ver? Estaria também aí, na insipiente batalha das ideias e na conciliação de classes (é bom lembrar que Dilma subiu no palanque dos candidatos da Igreja Universal, do PMDB e de tantos outros inimigos do povo), a explicação sobre a incoerência eleitoral de se votar numa candidata majoritária de centro-esquerda ao mesmo tempo que se vota em candidatos proporcionais de (extrema) direita.

Como se vê, é urgente a democratização dos meios de comunicação no Brasil. Mas é só após o golpe de 2016 que Lula e o PT perceberam as verdades contidas nas palavras do ex-governador Leonel Brizola, quando dizia que em seu primeiro dia de governo poria abaixo o monopólio da Rede Globo. É que não é possível governar ileso com a intromissão sistemática e imoral do chamado Quarto Poder.

CONCLUSÃO - Por certo a política é o lugar de pensar a cidade (o país e as relações internacionais), de agir pelo bem público, de resolver os tantos problemas que nos são comuns. Mas, o interesse privado vem comendo o prato da política pela beirada já faz tempo. É fácil culpar o eleitor, acusando-o de não saber votar. Mas são muitos os quem tem levado o povo a colocar seus interesses particulares e imediatos à frente dos interesses coletivos! O povo tem sido levado ao pensamento fútil e despolitizado e egoísta. E quem tem se proposto a discutir com este mesmo povo uma proposta verdadeiramente alternativa e popular?

Mas segue o pensamento conservador: já que o povo não sabe votar, há que tirar esse direito de boa parte dele. É a ideia elitista do fim da obrigatoriedade do voto - o que nos aproxima ainda mais dos tempos da Velha República (anos 20 do século passado), onde se praticava o voto de cabresto, onde o analfabeto, a mulher e o adolescente não podiam exercer esse direito hoje universal.

O país precisa urgentemente de uma reforma política que impeça o financiamento privado e empresarial de campanha, que revalorize os partidos a partir da definição clara de seus programas (com discussão programática junto ao eleitorado), que proíba a prática de lobby dentro do Congresso (antes que essa prática de corrupção se transforme em uma profissão regulamentada, como nos EEUU), que voltem os comícios em praças públicas e a fidelidade partidária (um deputado que abandone a legenda deve perder o mandato, entrando o suplente do partido - só isso evitaria o troca-troca de partidos e o casuísmo oportunista), e que seja restabelecido o voto vinculado a fim de garantir a governabilidade do majoritário eleito (presidente da República, governadores e prefeitos).

Tudo isso recuperaria a crença e a credibilidade do povo para com a política, a fim de criar em nosso país uma inédita democracia participativa lá na frente. É possível mudar! Mas, não será fácil! Um embate direto das forças populares e progressistas contra o poder da grana e do capital. Daí poderá advir um novo conceito de política que negue o balcão de negócio, o golpismo e a corrupção legalizada! A política pode e deve ser a prática de administrar os bens públicos, onde se fomente a solidariedade, o igualitarismo, o bem comum e a justiça social. **(Texto escrito em 18/05/18)**